MERCADO DE CAPITAIS E O AGRONEGÓCIO

UMA ALTERNATIVA PARA O CRESCIMENTO

COM O apoio da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e da Cetip, a Securitizadora Ecoagro promoveu, no final de setembro, o evento O Mercado de Capitais e o Agronegócio, que contou com a presença de investidores, analistas financeiros, corretores e profissionais ligados à indústria agropecuária.

Moacir Teixeira, sócio do grupo Ecoagro, comentou sobre o papel do mercado de capitais para o desenvolvimento do agronegócio, que representa mais de um quinto do Produto Interno Bruto (PIB) na economia brasileira. As linhas de financiamento existentes – principalmente as de longo prazo – garantem ao produtor rural e às empresas a possibilidade de planejar melhor a sua gestão operacional. Há uma crescente participação das securitizadoras, por meio da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que possuem uma estrutura robusta, envolvendo a participação de vários agentes, como escritórios de advocacia, agentes fiduciários, auditorias, entre outros. Isso vem atraindo investidores pessoas físicas, por conta do benefício da isenção do imposto de renda (IR), dentre outras.

Luiz Cornacchioni, diretor executivo da ABAG, destacou a liderança mundial do agronegócio brasileiro na produção de alimentos, fibras e energia, com exportações na base de US$ 110 bilhões, que garantem o saldo comercial da balança comercial do País. Existe um esforço enorme por parte do setor produtivo para superar barreiras nas áreas de infraestrutura e logística. Como fonte para novas modalidades de recursos financeiros, o mercado de capitais ajuda a dar sustentabilidade para as nossas cadeias produtivas.

Carlos Ratto, diretor executivo da Cetip, observou a menor disponibilidade dos recursos de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A saída para os vários segmentos que necessitam de financiamento desse tipo, como é o caso do agronegócio, está nos instrumentos do mercado de capitais. Há uma busca recente por algumas modalidades, como no caso do CRA.

Tiago Lessa, advogado do escritório de advocacia Pinheiro Neto, destacou aspectos ligados à regulamentação da área. A atual falta de uma regulamentação específica apresenta como ponto positivo o estímulo à criatividade dos profissionais e das empresas envolvidos no meio. Um exemplo disso é a possibilidade de o CRA ser lastreado em moeda estrangeira. Quando não temos regulamentação, isso é convite à inovação, que é uma parte importante do processo de crescimento do segmento.

PANO DE FUNDO

José Roberto Mendonça de Barros, economista sócio da MB Associados, afirmou que, apesar dos prognósticos desalentadores da economia brasileira para os próximos anos, o agronegócio ainda tem condições de manter elevados níveis de crescimento, como aconteceu nas últimas décadas. O agro é o único segmento que tem como característica investir em inovação para manter a produtividade elevada e, assim, ganhar competitividade. Mesmo com a desaceleração recente na economia chinesa, a demanda por alimentos daquele país ainda continuará muito forte e dependente de produtos brasileiros.

MERCADO DE CRÉDITO
NOVOS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO

A criação do sistema nacional de crédito, pela Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, completa cinquenta anos neste mês. De lá para cá, a atividade rural no Brasil cresceu de forma espetacular e interagiu mais fortemente com a Indústria, o Comércio e os Serviços. Isso levou à formação das cadeias produtivas, com novos mecanismos de transferência de capital para o campo.

A safra 2015/16 será bem emblemática quando se analisa a questão do crédito. A persistência da inflação, o aumento da taxa de juros e a desvalorização cambial do real criaram um cenário de incerteza para a produção agropecuária. A questão do crédito é um ponto de preocupação tanto em termos de quantidade, como de custo. Como o capital de giro para custear a produção agropecuária é da ordem de R$ 240 bilhões, o produtor recorre a recursos de terceiros.

Nesse cenário, o crédito rural com base na chamada exigibilidade, calculada em cima dos depósitos à vista, com taxas de juros controladas, é insuficiente. Por isso, outras fontes terão de ser buscadas pelos produtores, como mostra recente levantamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Analistas de mercado concordam que, dentro da perspectiva atual de disponibilidade para o depósito agrícola e a poupança rural, a alocação de recursos para o custeio da safra 2015/16, com juros controlados, de R$ 96,5 bilhões está próxima do limite possível pela legislação vigente (veja ***Agroanalysis*** de junho de 2015). A alternativa é o mercado de títulos do agronegócio, lançado em 2005, mas com crescimento significativo a partir de 2010. Essas operações representam oportunidades, mas exigem uma análise mais acurada por parte do tomador do empréstimo. ■

BRASIL: PARTICIPAÇÃO % DAS FONTES DE CRÉDITO PARA A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Fontes de crédito	2014/15	2015/16
Bancos públicos	38	37
Capital próprio	35	35
Cooperativas	8	9
Cooperativas de crédito	7	7
Bancos privados	6	5
Tradings	3	3
Revendas	2	3
Insumos	1	3

Fonte: Fiesp; OCB – setembro de 2015

POSIÇÃO DOS TÍTULOS EM ABERTO NO SISTEMA DE REGISTROS
(EM R$ MILHÕES)

Ano	CDCA	LCA	CRA	Total
2010	1.428,00	13.419,00	156,00	15.003,00
2011	1.588,00	26.689,00	345,00	28.622,00
2012	3.005,00	58.560,00	370,00	62.035,00
2013	3.202,00	118.898,00	969,00	123.069,00
2014	3.265,00	148.772,00	2.045,00	154.082,00

Fonte: Cetip; BM&FBOVESPA – posição em 31 de dezembro